BOLETIM "SERVIÇO

№ 89 · 24 de maio de 2019







Boletim de Serviço é uma publicação do Instituto Estadual do Ambiente , destinada a dar publicidade aos atos administrativos da instituição.
•••••••••••••••••••••••••••••••••••••••
Presidente Claudio Barcelos Dutra
Diretor de Pós-Licença Sergio Câmara Santos de Souza
Diretor de Biodiversidade, Áreas Protegidas e Ecossistemas Tiago Ferreira Rangel
Diretor de Gente e Gestão Fernando Gouveia de Holanda
Diretor de Licenciamento Ambiental Alexandre Cruz
Diretor de Recuperação Ambiental Jorge Chaves Júnior
Diretoria de Segurança Hídrica e Qualidade Ambiental Leonardo Daemon D'Oliveira Silva
Editado pela Gerência de Publicações e Acervo Técnico (Gepat) Diretoria de Gente e Gestão

SUMÁRIO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL BAÍA DE GUANABARA (SUPBG)

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL BAÍA DE GUANABARA (SUPBG) Ato do Superintendente

De 23 de maio de 2019

Processo E-07/002.2603/2014

Sapodiesel Mecânica LTDA

Certidão Ambiental IN049407

Validade: Tempo Indeterminado

Concedida Certidão Ambiental que aprova a extração de água subterrânea em poço raso, com finalidade de lavagem de peças, na Região Hidrográfica V - Baía da Guanabara, isenta de cobrança e da outorga do direito de uso de recursos hídricos, por se tratar de volume insignificante, na Avenida Theonas Martins, nº 139, Centro, Rio Bonito, RJ.

Douglas Ruas dos Santos Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL BAÍA DA ILHA GRANDE (SUPBIG) Atos do Superintendente

De 22 de maio de 2019

Processo E-07/507.401/2011 Areal Remanescente LTDA - ME Notificação SUPBIGNOT/01107461

Validade: 60 dias a contar da data da publicação

Na forma do disposto na legislação de controle ambiental do Estado do Rio de Janeiro, fica V.Sa. notificada de que deverá, no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data do recebimento desta notificação, apresentar a documentação listada abaixo:

- 1. Cópia da Certidão de Inexigibilidade de Uso Insignificante de Recursos Hídricos (CA nº UI 070) citada nos autos do processo;
- 2. Recibo de Inscrição da Propriedade no Cadastro Ambiental Rural (CAR), no qual devem constar as áreas de Reserva Legal da propriedade;
- 3. PCA atualizado, contendo os possíveis impactos ao Parque Nacional da Serra da Bocaina (PNSB), decorrentes do aumento da área de lavra para 8,13 hectares, incluindo impactos sonoros e emissão de gases, e as medidas mitigadoras propostas;
- 4. PRAD atualizado, incluindo as medidas de recuperação que foram e vem sendo implementadas para a recuperação das áreas de lavra e lagoas de rejeitos;
- 5. Planta baixa e arquivo shapefile contendo as seguintes áreas: Limite da propriedade/lote, Limite da Poligonal DNPM nº 890.440/2011, Lagoa de extração mineral, Área proposta para expansão de lavra, Infraestrutura, Reserva Legal, e possíveis Áreas de Preservação Permanente (APP) (utilizar o Datum SIRGAS 2000);
- 6. Coordenadas UTM dos pontos onde estão instalados os marcos físicos de delimitação da área de extração (utilizar o Datum SIRGAS 2000);

- 7. Cadastro Técnico Federal (CTF) atualizado;
- 8. Prestar esclarecimentos a respeito da possível extração fora da poligonal DNPM 890.440/2011, detectada através da análise de imagem de satélite;
- 9. Documento comprobatório de quando ocorreu o deslocamento da poligonal DNPM 890.440/2011.

Em caso de não atendimento a notificação no prazo estabelecido, o processo poderá ser indeferido e arquivado conforme disposto na Resolução INEA nº 129/2015. A prorrogação desta Notificação deverá ser solicitada formalmente e devidamente fundamentada antes do seu vencimento, conforme Resolução INEA nº 129/2015.

O não cumprimento dos termos desta notificação sujeita o infrator às penalidades previstas na Lei nº 3.467 de 14/09/00, sem prejuízo das demais sanções legais.

Todos os documentos devem ser entregues também em formato digital. Cada documento deve vir em um arquivo separado nos formatos pdf (textos), Jpeg (imagens) e Shapefile (plantas).

Flávia Ozorio José Adjunto II

De 29 de outubro de 2018
Processo E-07/509.864/2012
J. C. L. dos Santos Transportes ME
Indeferimento IN034497

Indeferido o requerimento de Licença Prévia e de Instalação para atividade de extração mineral de saibro, na Rodovia Mário Covas – Km 116/117 – Sítio Santa Rita – Bracuhy, Angra dos Reis, RJ.

Maria de Fátima de Araújo Dias Superintendente

<u>De 27 de outubro de 2017</u> Processo E-07/002.309.06-A/2018 Município de Angra dos Reis Auto de Constatação SUPBIGCON/01017265

Validade: Tempo Indeterminado

Na forma do disposto na legislação de controle ambiental do Estado do Rio de Janeiro, fica V.Sa. notificada de que foi lavrado o presente auto, por permitir o livre acesso de equipamento na Praia do Anil, o que promovia a terraplenagem da faixa de areia da praia (área classificada como de preservação permanente e dentro da poligonal da APA de Tamoios), não atendendo ao solicitado na Notificação SUPBIGNOT/01061557, em desacordo com os Artigos 46, 64, 68 e 76 da Lei nº 3.467, de 14 de setembro de 2000.

Fernando Cesar Lazzarotti Técnico Ambiental